A virada vem de baixo

Erick Kayser

16/10/2026

Faltam poucos dias para o segundo turno, e as últimas pesquisas apontam empate técnico entre Lula e Flávio Bolsonaro. Ainda assim, desde a apuração do primeiro turno, em que Lula ficou atrás, uma estatística vem sendo repetida como sentença: desde 1989, nenhum candidato que saiu do primeiro turno em segundo lugar chegou à Presidência. É contra esse fatalismo que estas linhas se voltam. A virada é possível e, se vier, virá de baixo.



E não é pouco o que está em jogo. Sempre que a extrema direita dispõe de força eleitoral real, a eleição deixa de ser uma escolha entre a continuidade ou a alternância de um grupo no poder — é a própria democracia que entra em xeque. Não se trata de exagero retórico: o candidato e dirigentes do PL já anunciaram, sem rodeios, que a anistia aos condenados pela trama golpista que desaguou na intentona de 8 de janeiro de 2023 será prioridade. É difícil não ler nisso o marco zero de uma escalada autoritária desavergonhada, agora revestida da legitimidade das urnas. Convém, porém, não confundir as tarefas. Reeleger Lula é impedir que planos ditatoriais avancem sob o manto do sufrágio. Derrotar o bolsonarismo exigirá um combate mais longo, pela hegemonia e contra suas organizações. A primeira tarefa é condição da segunda; é na primeira que cabe concentrar agora nossas atenções.

Comecemos, então, por desfazer o mito estatístico. O dado é historicamente verdadeiro, desde 1989, quem liderou o primeiro turno acabou eleito, mas vem sendo mobilizado quase como fatalismo, como se a regularidade do passado fosse lei do futuro. Ora, meia dúzia de eleições não constitui lei histórica alguma, e há contraexemplos de sobra para desmontar esse determinismo. Nas eleições para governador, desde 1990, houve 35 viradas em 120 disputas de segundo turno, quase 30%. Na América Latina, entre 1978 e 2024, foram 20 viradas em 93 eleições presidenciais com segundo turno. No campo da esquerda, a vitória de Gabriel Boric no Chile, em 2021, depois de terminar o primeiro turno atrás de José Antonio Kast, é exemplo eloquente dessa possibilidade. A estatística descreve as circunstâncias, mas não faz a história por nós.

Lula é o presidente da República, e o país exibe indicadores econômicos positivos. Em tempos “normais”, isso bastaria para fazer dele um favorito confortável. Mas vivemos uma crise, e nela os parâmetros se alteram bruscamente: as mediações que outrora traduziam desempenho econômico em capital eleitoral já não operam

com a mesma eficácia. De certo modo, Lula padece do ônus de ser governo sem usufruir do bônus. Ele está refém de um Congresso hostil, tem uma governabilidade estreita e optou pela conciliação, mesmo quando esse caminho já se mostrava bloqueado. Por isso, pouco conseguiu fazer para reverter a força social da extrema direita e chegar a esta eleição em terreno mais favorável. O resultado é que o embate entre Lula e Flávio Bolsonaro se trava em condições profundamente assimétricas.

A primeira, e mais óbvia, assimetria é o poder financeiro. Além de dispor da maior fatia do fundo eleitoral, o PL viu frações expressivas do capital aderirem abertamente à candidatura de Flávio. O volume de doações legais é revelador. Desde 4 de outubro, empresários das finanças, dos combustíveis e da mineração doaram R$ 2,3 milhões ao PL; setores que dependem de contratos públicos ou estão sob a vigilância de agências reguladoras. No mesmo período, o PT declarou apenas R$ 85 mil. O partido de Flávio recebeu, portanto, 27 vezes mais. Não se trata de filantropia: quem depende do Estado sabe muito bem quem quer à frente dele.

A segunda assimetria é jurídica. O Tribunal Superior Eleitoral é presidido pelo ministro Kassio Nunes Marques, indicado ao STF por Jair Bolsonaro. Sob o verniz da neutralidade técnica, o tribunal tem acumulado decisões que recaem com notável regularidade sobre a campanha de Lula. Não é preciso postular conspiração alguma: basta reconhecer que o direito, longe de pairar acima dos antagonismos sociais, é também um de seus terrenos.

A terceira assimetria, talvez a mais grave, se dá nas plataformas digitais. O caso da Meta é o mais emblemático. A campanha de Lula enumerou uma sequência de episódios: a retirada do perfil do presidente das buscas do Instagram, ainda em dezembro de 2025; a desativação da conta de anúncios durante o primeiro turno, sem justificativa formal; a interrupção, em 8 de outubro, do registro de visualizações de vídeos do presidente; o caso da Meta AI, assistente do WhatsApp, que gerava imagens para “Vote Flávio” enquanto bloqueava “Vote Lula”, e seguiu fazendo isso mesmo depois de a empresa alegar ter corrigido o “erro de configuração”. A lista segue, mas fiquemos com esses exemplos. Para cada episódio, a mesma explicação: um “problema técnico”. Quando os “erros” apontam sempre na mesma direção, deixam de ser erros e passam a ser política.

A quarta assimetria, por fim, vem de fora. A interferência dos Estados Unidos de Trump no processo eleitoral brasileiro nada tem de velada. Do tarifaço vinculado expressamente ao julgamento de Jair Bolsonaro à recepção de Flávio no Salão Oval em plena pré-campanha, a Casa Branca tem agido como cabo eleitoral do bolsonarismo. Chegou-se a tal ponto que parlamentares democratas e independentes, como o senador Bernie Sanders, cobraram formalmente do Departamento de Estado o compromisso de respeitar o resultado das urnas. Trump saudou o desempenho de Flávio no primeiro turno como uma “grande vitória”, e a Polícia Federal abriu inquérito para apurar a interferência norte-americana. O imperialismo, que outrora se valia de embaixadas e quartéis, hoje combina tarifas, sanções e plataformas digitais.

O que tem conseguido restituir alguma condição de equilíbrio a essa disputa é a grande mobilização da sociedade civil. Já apontávamos que esta poderia ser a energia capaz de alterar o resultado e, felizmente, isso tem se confirmado. A grande força da campanha de Lula, hoje, vem de baixo: da auto-organização popular ou espontânea. Se no primeiro turno testemunhamos uma campanha petista repleta de problemas, que o próprio Lula classificou publicamente como a menos organizada de que participou desde 1989, não surpreende que, no segundo, a força para a virada brote à margem da cúpula da campanha. Isso tem se demonstrado nas multidões mobilizadas em atos pró-Lula nas capitais e em centenas de cidades pelo país, nos comitês de bairro ou de categorias, nas redes, nas ações de artistas, na mobilização da juventude, nas iniciativas criativas de vira-voto que se multiplicam sem esperar orientação de cima. É dessa força orgânica, que nenhum marqueteiro fabrica e nenhum algoritmo consegue inteiramente estrangular, que depende agora o desfecho.

Restam poucos dias, e eles serão decisivos. A distância que separou Flávio de Lula no primeiro turno, cerca de 2,2 milhões de votos, equivale a menos de um décimo dos mais de 33 milhões de eleitores que não compareceram às urnas. A virada não virá dos gabinetes nem das pesquisas; virá das ruas, das portas de fábrica, das conversas pacientes com o vizinho indeciso, com a tia que hesita, com o colega que pensa em

não votar. É esse trabalho miúdo, artesanal, quase invisível de conquista voto a voto que pode converter a assimetria das condições em vantagem nas urnas. Contra o dinheiro do capital, a toga parcial, o algoritmo opaco e a ingerência imperial, temos aquilo que a extrema direita jamais terá: a força de um povo que se organiza para defender a si mesmo. Venceremos!

Erick Kayser *é historiador*

Compartilhe nas redes: